

Resenha: Labirintos do Fascismo, de João Bernardo

Loren Goldner

Link:

<http://breaktheirhaughtypower.org/review-labirintos-do-fascismo-by-joao-bernardo/>

"A vitória dos partidos fascistas não pode ser entendida sem a discussão e análise dos laços, por meio de choques e convergências, de um número considerável de meios e fontes da classe trabalhadora com a direita radical... A eliminação dos líderes de esquerda e das massas dirigentes só foi possível devido aos ecos de esquerda nos slogans dos novos líderes".

O marxista português e escritor prolífico João Bernardo permanece praticamente desconhecido no mundo anglófono, uma situação que, espera-se, será remediada em breve por uma tradução para o inglês de sua obra-prima de três volumes sobre a Idade Média, Poder e Dinheiro. Agora, apenas um ano após o lançamento do último volume desse livro, ele publicou outra obra de 900 páginas, *Labyrinths of Fascism: Na encruzilhada da ordem e da revolta*.

Este livro, por mais interessante que seja, em minha opinião, acaba decepcionando. Ele está repleto de materiais e conexões brilhantes e originais, mas, ao refletirmos, eles parecem flashes brilhantes que nunca se transformam em um raio. O argumento, que dá mais atenção (por razões que logo se tornarão óbvias) à Alemanha e à Rússia, muitas vezes parece ser feito de forma alusiva e raramente é esclarecido de forma satisfatória. Mas primeiro vamos ver quais são esses lampejos de brilho.

Este livro não pretende ser nem uma história nem uma teoria do fascismo, mas sim uma tentativa de trazer à tona aspectos do fascismo que foram em grande parte ou totalmente ocultados por grande parte dos escritos sobre ele, sejam eles liberais, conservadores ou marxistas. Nesse objetivo, ele certamente é bem-sucedido. O formato de resenha é pouco adequado para tratar de um livro com tantas vertentes e afirmações originais, portanto, destacarei algumas das mais controversas, enquanto tento apresentar suas linhas gerais.

Bernardo apresenta quatro pólos principais entre os quais cada fascismo, em seu contexto nacional específico, oscilou: o exército, o conservadorismo, a igreja e - o mais interessante, em minha opinião - o "fascismo radical", o que em alemão é geralmente chamado de "linke Leute von rechts" ("esquerdistas da direita"), os Gregor Strassers, os elementos "vermelho-marrom" que se consideram (e são) mais genuinamente anticapitalistas do que os Hitlers e Mussolinis, dentro de uma estrutura nacionalista. Bernardo critica a maioria das interpretações marxistas padrão (como as de Guérin ou Trotsky) que tendem a ignorar ou minimizar o impacto desse quarto elemento. Em Portugal, o elemento conservador representado por Salazar esmagou os "fascistas radicais" logo no início; na Romênia, o elemento conservador em torno do Rei Carol e a ala radical representada pela Guarda de Ferro efetivamente destruíram um ao outro; na Alemanha, o elemento radical "vermelho-marrom" também foi esmagado na "Noite das Facas Longas". Para Bernardo, o fascismo é "um problema ainda a ser resolvido hoje", "o ponto nevrálgico das contradições do movimento dos trabalhadores", e ele usa a metáfora do labirinto porque os labirintos são lugares onde "aqueles que começaram como inimigos se perderam".

Para Bernardo, o fascismo é uma "rebelião dentro da ordem", uma revolta baseada em um "desejo de ascendência social que não questiona as estruturas predominantes" do status quo. Nos vários casos nacionais que ele examina, começando pela Itália (onde o fascismo tomou o poder do Estado pela primeira vez), o fascismo surge após o fracasso de um levante da classe trabalhadora. Após as ocupações de fábricas de 1919-1920, uma aproximação da "classe por si mesma" (na qual, no entanto, a liderança sindical nunca havia realmente perdido a iniciativa, ou seja, a de conter os trabalhadores), os squadristi fascistas correram para a brecha. Depois que o refluxo se instala, o fascismo elimina os elementos mais combativos e transforma ainda mais a classe em declínio (a classe trabalhadora "em si") em uma massa de indivíduos manipuláveis e atomizados. Bernardo chama essa última, em contraste com a auto-organização autônoma da classe trabalhadora, de "hetero-organização" da sociedade. "Minorias pequenas e extremamente coesas podem intimidar um inimigo incomparavelmente mais numeroso se este estiver socialmente disperso". Para Bernardo, a organização leninista (como a adotada pelos partidos da Terceira Internacional após 1919) é outra forma de hetero-organização: "Nos processos revolucionários, o autoritarismo e o centralismo são sempre um sintoma de refluxo, não de progresso, justificado quando a base se tornou

incapaz de assumir a vitória". O último suspiro da classe trabalhadora italiana, pouco antes da Marcha sobre Roma, foi a greve geral fracassada de agosto de 1922, que, em essência, defendeu as mesmas instituições liberais que haviam lançado a repressão contra os trabalhadores de 1919 em diante. O fascismo se baseia no populismo, "admitindo a existência dos pobres e rejeitando a legitimidade do conceito de classe trabalhadora", convertendo assim "o antagonismo econômico entre exploradores e explorados em uma oposição moral entre parasitas e pessoas úteis". O liberalismo estava mais próximo do fascismo do que o conservadorismo orgânico imputado ao antigo regime, por sua redução das pessoas a massas. "Foi o modelo liberal de cidadão - o consumidor individual na economia e o eleitor individual na política - que informou a noção fascista de massas".

Bernardo também destaca a cumplicidade do liberalismo na ascensão do fascismo: em 1921, na Itália, Giolitti, um antigo defensor do liberalismo, deu aos squadristi fascistas cobertura legal para seus ataques violentos às instituições da classe trabalhadora; a lista eleitoral fascista de 1924 incluía muitos ex-liberais e, como resultado, alguns fascistas acusaram Mussolini de traição, enquanto, na opinião de Bernardo, o fascismo simplesmente esvaziou o liberalismo de seu conteúdo. Ao mesmo tempo, como no caso português, a eliminação dos fascistas radicais (em Portugal, os sindicalistas nacionais) mostrou "a impossibilidade de fundamentar o fascismo nas instituições que fundou" e sua necessidade de recorrer às instituições conservadoras tradicionais, confirmando sua natureza de "revolta dentro da ordem". Como Hitler disse: "Nunca pensamos em nos revoltar contra o exército. Era COM ele que acreditávamos que tínhamos de vencer".

Na tentativa de definir o "momento histórico" do fascismo, Bernardo argumenta que "os partidos fascistas só chegaram ao poder quando a convergência de seus eixos radicais e institucionais-conservadores existia em uma estrutura de desenvolvimento econômico bloqueado". O fascismo, nessa visão, cresceu onde o capitalismo "não conseguia desenvolver a mais-valia relativa", ou seja, a fase intensiva de aumento da produtividade do trabalho por meio da inovação tecnológica. O imperialismo também foi um componente do fascismo, e os capitalismos mais fracos tiveram de recorrer à guerra para participar dele.

Mas a compreensão e a crítica do fascismo, na opinião de Bernardo, exigem tanto uma crítica do capitalismo quanto uma autocrítica do movimento dos trabalhadores. As

histórias liberais do fascismo tendem a usá-lo como um pretexto para dar ao liberalismo uma nova "inocência superficial", encobrendo a cumplicidade do elitismo liberal na origem do fascismo e o papel dos liberais em ajudar o fascismo a chegar ao poder ou mantê-lo no poder. Acima de tudo, na opinião de Bernardo, é raro que os historiadores da esquerda se concentrem nas seções significativas do movimento revolucionário que passaram para o fascismo ou na "circulação de um grande número de pessoas entre os dois campos opostos", o que, para Bernardo, decorre da "profunda ambiguidade do jacobinismo". Os elementos elitistas-autoritários do Saint-Simonismo foram filtrados através do positivismo no trabalho de Renan, Mosca e Pareto; tanto o fascismo quanto o marxismo, na visão de Bernardo, se basearam em fontes românticas, mas através da inspiração hegeliana do marxismo esses elementos se tornaram "um objeto da razão" e, portanto, bem diferentes do irracionalismo fascista. O fascismo, para Bernardo, transforma a luta de classes em um voluntarismo de elites, reduz o antagonismo à força física e vê o dinamismo intelectual como irracionalismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo "conseguiu reparar sua virgindade", escondendo suas próprias formas de totalitarismo e sua cumplicidade com ele. Já em maio de 1920, o governo francês estava organizando milícias contra as greves ferroviárias que estavam em andamento. Em muitos casos (como na Alemanha de Weimar), as leis originalmente aprovadas para conter a extrema direita acabaram sendo usadas contra a esquerda e a extrema esquerda. O sucesso fascista em esmagar os movimentos de trabalhadores da Europa conquistou a confiança das democracias liberais. Em 1939, o governo francês colocou os refugiados da República Espanhola em campos de concentração. Como diz Bernardo, "Com que engenhosidade cômica os estudiosos da política descobrem coisas que os fascistas nunca negaram e que, ao mesmo tempo, são incapazes de detectar sob a bela fachada do parlamentarismo!".

É quando Bernardo se volta para as teorias esquerdistas do fascismo que ele se mostra mais provocativo e, em última análise, também pouco convincente, como tentarei mostrar. Na opinião de Bernardo, "a economia não desempenhou no Terceiro Reich o papel determinante que os marxistas atribuem a ela em todos os casos". Não podemos fazer a crítica do fascismo em geral se não o reconhecermos como um nacionalismo de base proletária. Tampouco podemos estudar criticamente o fascismo hitleriano se não o abordarmos como o mais consequente dos racismos".

A discussão de Bernardo sobre a economia política do fascismo é provocativa, mas levanta muitas questões sem realmente respondê-las de forma satisfatória. Ele diz: "É muito difícil analisar a história econômica do fascismo, porque ele foi abruptamente encerrado por uma derrota de caráter exclusivamente militar e político". Ele ressalta que a ideologia fascista, com raízes em Mosca, Pareto e Michels, substitui a teoria da classe social pela teoria das elites e que tanto o fascismo quanto o anarquismo stirneriano têm em comum uma crítica da burguesia separada das relações econômicas. Bernardo introduz uma distinção entre o "estado restrito" (Estado Restrito), essencialmente instituições políticas clássicas, e o "estado ampliado" (Estado Amplo) das empresas capitalistas, sugerindo que a fusão, até certo ponto, desses dois aspectos do estado era característica do fascismo, citando o italiano Alfredo Rocco que, já em março de 1919, propôs uma organização corporativa do estado envolvendo sindicatos e associações de empregadores. Os sindicatos fascistas nunca ganharam muito terreno na competição com os sindicatos socialistas ou comunistas. Em 1926, a legislação separou as associações de trabalhadores e empregadores e, em 1927, a Carta di Lavoro deu poder total sobre as empresas aos empregadores. Bernardo argumenta que, apesar disso, as oportunidades de concorrência entre os capitalistas eram extremamente limitadas e cita Mussolini, em outubro de 1937, dizendo que "na Itália fascista, o capital está sob as ordens do Estado". Giuseppe Bottai, um dos principais teóricos do estado corporativo italiano, disse que "no Conselho Nacional de Corporações, a fusão entre economia e política, que constitui parte integrante da concepção unitária do estado fascista, é realizada e concretizada". Em novembro de 1933, Mussolini disse que o corporativismo fascista não apenas superaria o liberalismo econômico, mas também o próprio capitalismo, além de superar o socialismo. Em uma série de medidas em março de 1936, Mussolini anunciou a reorganização de empresas industriais, que antes haviam sido salvas por empréstimos maciços, em entidades maiores, e Bernardo duvida que "após esse discurso, o caráter privado da administração dessas empresas permaneceu intacto". Ele vê uma dinâmica semelhante na Alemanha nazista com a criação da Hermann Goering Reichswerke. Ele ressalta que a "crise mundial que começou em 1929 provocou uma contração do comércio exterior e dos investimentos internacionais e provocou uma situação de relativa autarquia"

Bernardo vê o SS "místico-tecnocrático" como sendo a fusão, na Alemanha, do Estado Restrito e do Estado Ampliado". Bernardo vê as demandas dos trabalhadores como o

motor do desenvolvimento econômico capitalista, estimulando os capitalistas a intensificar a produção para obter mais-valia relativa, enquanto o fascismo, ao parecer suprimir ou submergir as demandas de classe, prejudica esse desenvolvimento; o historiador Tim Mason argumentou que a destruição do movimento operário alemão fez com que os capitalistas perdessem o senso de seus interesses comuns.

Bernardo apresenta o nacional-socialismo alemão como um "metacapitalismo". A ideologia fascista há muito tempo fazia distinção entre capital produtivo e capital especulativo e, na Alemanha em particular, na visão de Bernardo, um programa racial foi substituído por um programa econômico, expresso, em primeiro lugar, na absoluta indiferença de Hitler em relação aos aspectos econômicos de seu estado. Com a eliminação dos judeus e a escravização dos eslavos, Hitler planejava construir sua Nova Ordem na Europa Oriental e na Rússia. Mesmo com a grave escassez de mão de obra da Segunda Guerra Mundial, Hitler relutava em permitir que as mulheres alemãs trabalhassem, por motivos ideológicos. Campos de trabalho escravo foram construídos ao lado das fábricas. "Como explicar", pergunta Bernardo, "que os capitalistas do Reich participaram alegremente da destruição da produtividade da força de trabalho?". "Se em termos marxistas", continua ele, "que geralmente são os meus também, essa contradição representa um paradoxo insuperável... é uma pena para a teoria, mas isso não me afasta dos fatos. O fato de não conseguirmos explicar algo não o torna menos real". Bernardo argumenta que a incompatibilidade da escravidão estatal com a extração de mais-valia significava que as políticas raciais de Hitler destruiriam o capitalismo ou o substituiriam por um novo regime econômico".

Voltaremos a essas questões em breve.

Ao discutir a questão do fascismo e da economia, Bernardo retorna a um tema que tem permeado seus escritos por mais de 30 anos: "os gestores", os gerentes. Ele apresenta um material interessante da década de 1930 sobre as ideias de Anton Ciliga e Lucien Laurat sobre a União Soviética (Laurat havia concluído em 1931 que a Revolução Russa havia produzido uma "nova classe exploradora" que não era capitalista). Mas enquanto a teoria de Laurat tratava apenas do caso russo, o ex-trotskista Bruno Rizzi, em seu livro de 1939, *The Bureaucratization of the World*, chegou a conclusões históricas mundiais sobre o "coletivismo burocrático", um novo sistema de exploração de classe que não era capitalista nem socialista. Embora Bernardo rejeite a teoria do

coletivismo burocrático para a Rússia (vendo-a como capitalista de estado), ele a vê como uma caracterização mais válida da economia nazista. Ele apresenta uma discussão extensa sobre a escravidão estatal na União Soviética. Mais tarde, os nazistas enviaram equipes de especialistas técnicos para estudar o "sistema de concentração" soviético. Eis como Bernardo coloca a questão:

"A derrota do nazismo não apagou seu passado. E a escravidão estatal, se deixou de existir, não perdeu sua realidade histórica porque Hitler e Himmler cometeram suicídio e os campos de trabalho soviéticos foram esvaziados. A questão ainda está totalmente por ser resolvida. O Fuehrer e o regime que ele liderava, desinteressados dos mecanismos da economia e satisfeitos em deixar o mundo dos negócios para os capitalistas, acabaram por provocar uma remodelação econômica de grande alcance. Na Europa Oriental, eles destruíram as formas de funcionamento do capital e instalaram um novo regime econômico e social, que aparentemente era um novo modo de produção. Fizeram isso no âmbito de uma política exclusivamente racista e, apesar disso, os resultados econômicos foram semelhantes, em alguns de seus elementos decisivos, aos resultados a que a União Soviética chegou estritamente por meio de uma política de classe. Esse paradoxo e o papel dos gerentes nessa circunvolução da história são o problema crucial do Terceiro Reich."

Bernardo, portanto, volta-se, para ter uma perspectiva, para os vários regimes que se desenvolveram no período entre guerras. Nas democracias ocidentais que adotaram o keynesianismo, a burguesia foi deixada intacta enquanto seu papel era "remodelado". O fascismo, por outro lado, "respeitou a estrutura da ordem, mantida pela aliança dos gerentes com a burguesia, mas introduziu um elemento de revolta, ecos da mobilização proletária", resultando no esquema

Gerentes + burguesia + proletariado. Já em 1920, Mussolini havia pedido para "expulsar a burguesia improdutiva" e, sob seu comando, os rentistas tinham permissão para sobreviver se aceitassem sua marginalização. "Aqui", escreve Bernardo, "temos o segredo da revolta dentro da ordem, e vemos que a classe gerencial desempenhou o papel central em tudo isso". Na Espanha, José Antonio Primo de Rivera pediu para "evitar o comunismo destruindo o capitalismo", defendeu a nacionalização do crédito e o cancelamento dos aluguéis rurais. Depois de 1936, a Falange organizou os tecnocratas. Em Portugal, o Estado Novo possibilitou o crescimento de uma classe de gerentes a partir de quase nada. Na França, os tecnocratas das grandes escolas ganharam destaque, liderados pela brilhante figura de Bichelonne, e Bernardo vê nos laços estreitos de Bichelonne com seu colega nazista Albert Speer uma antecipação do eixo franco-alemão da atual União Européia. Seguindo os historiadores de Vichy, como Robert Paxton, Bernardo vê uma continuidade de poder pós-1945 dos

gerentes e empresários, enquanto os demagogos fascistas e os jornalistas foram sacrificados. Sob o plano Marshall, com "parlamentos e partidos em seus lugares habituais", os tecnocratas e burocratas puderam retornar à "sua vocação sombria e eficaz". Por fim, Bernardo vê como ilustração das "atividades dos gerentes como uma classe" as reuniões do Banco de Compensações Internacionais (BIS), sediado na Basileia, o "banco central dos bancos centrais", onde os técnicos financeiros dos EUA, da Grã-Bretanha e da Alemanha discutiram a futura ordem monetária mundial durante a guerra, por meio da mediação do futuro diretor do FMI, Per Jacobsson.

Por mais provocativa e abrangente que seja essa análise, eu a considero pouco convincente. Bernardo escreve: "Os fatos parecem confirmar os teóricos que afirmaram o caráter pós-capitalista da classe gerencial e sua capacidade de inaugurar um novo modo de produção.

Já o último exemplo mencionado levanta uma sobrelance: para quem esses técnicos financeiros do BIS estavam trabalhando, se não para seus respectivos bancos centrais e, por trás deles, para os banqueiros que influenciavam os bancos centrais? E desde quando o capital financeiro, seja em mãos privadas ou estatais, é "pós-capitalista"? Uma simples pesquisa da história financeira e monetária pós-1945, especialmente desde o colapso do sistema de Bretton Woods em 1973, mostra que os técnicos dos bancos centrais e de instituições internacionais como o BIS ou o FMI são servidores do movimento do capital, e não de alguma elite tecnocrática.

Em segundo lugar, Bernardo não diz nada de substancial sobre a repressão da economia alemã por Hjalmar Schacht de 1933 a 1938 (de passagem, ele a chama de "milagre financeiro"):1 de capital integralizado de 100.000 Reichsmarks para financiar o rearmamento alemão, colocando em movimento as forças inflacionárias que foram o pano de fundo da reunião de Schacht com o Fuehrer em 1938, na qual ele disse que a contenção da pirâmide da dívida colocava a Alemanha diante da escolha de reduzir o armamento para bens de consumo ou entrar em guerra. O Fuehrer fez sua escolha; Bernardo também não menciona esse episódio. (Ele indica que Schacht havia perdido para os tecnocratas em torno de Goering). A repressão schachtiana foi uma das "Wirtschaftswunders" da década de 1930, conquistando a admiração da opinião capitalista em todo o mundo, melhor captada no prefácio de Keynes à tradução alemã de 1936 da Teoria Geral, no qual ele disse, em essência, que suas ideias estavam sendo testadas na Alemanha.

Bernardo rejeita a teoria do coletivismo burocrático para a União Soviética, preferindo (corretamente) chamá-la de capitalismo de estado, mas a considera plausível para a Alemanha nazista. Em minha opinião, não há mais coletivismo burocrático em um país do que socialismo em um país; ambas as teorias pressupõem a abolição da lei capitalista do valor localmente, enquanto ela continua a prevalecer internacionalmente. Na análise de Bernardo sobre a economia fascista, não há nenhuma tentativa séria de retratar a conjuntura mundial, que após 1929 foi deflacionária e autárquica ao extremo. Da mesma forma, falta a situação do fascismo na "Guerra dos Trinta Anos" de 1914-1945, de transição entre a hegemonia mundial britânica e a norte-americana (exatamente a questão, antes da eliminação da Alemanha como concorrente, que os técnicos de Bernardo estavam tentando entender no BIS). Visto nesse último contexto, bem como no contexto da perda de colônias da Alemanha "atrasada" na Primeira Guerra Mundial (em contraste com os Aliados vitoriosos), pode-se entender melhor que muitas das técnicas de gestão estatal usadas de forma extrema pelos nazistas foram usadas em todos os principais países, em uma medida ou outra, e foram relaxadas ou desmanteladas com o início de uma nova expansão após 1945.

Bernardo pergunta como os capitalistas do Reich poderiam ter participado alegremente da destruição da produtividade da força de trabalho por meio do trabalho escravo, como parte de seu argumento coletivista burocrático. De fato, que tipo de capitalista é esse? Ele nunca parece alimentar a ideia, seguindo a noção de Marx e Luxemburgo de "socialismo ou barbárie", de que um capital nacional, cercado como a Alemanha estava pelas exigências do Tratado de Versalhes e sua falta de saídas coloniais em um período de deflação e autarquia, se voltaria para a canibalização de seus próprios ativos, começando com o "ativo" força de trabalho, para produzir uma taxa de lucro adequada. Foi exatamente isso que a reflução schachtiana conseguiu, e quando isso (combinado com uma redução significativa da planta de capital da Alemanha, que foi um dos fatores da derrota militar posterior) começou a se atenuar, foi necessário, como Schacht disse a Hitler, confiscar mais alguns ativos para saquear.

O breve resumo anterior pode ser errôneo, mas a tentativa de Bernardo de retratar a Alemanha nazista como um coletivismo burocrático plausível seria muito mais forte se ele levasse em conta, ou mesmo mencionasse, essa análise alternativa.

Mas com esse teste da teoria coletivista burocrática contra as realidades da União Soviética e da Alemanha nazista, Bernardo apenas começou a escavar as ligações subterrâneas entre a esquerda radical e a direita radical. Ele se volta para a gênese do conceito de "nação proletária". Bernardo argumenta, com razão, que o próprio marxismo se originou tanto do racionalismo burguês quanto do "irracionalismo dos românticos contrarrevolucionários", depois que Hegel sintetizou o "racionalismo jacobino e o irracionalismo contrarrevolucionário". Bernardo oferece uma longa discussão sobre a obra de Georg Lukacs (stalinista) de 1952, *The Destruction of Reason*, comparando-a desfavoravelmente ao Conservatismo de Karl Mannheim. "O ataque de Lukacs à destruição da razão pode ser lido como uma tentativa de realizar, na história da filosofia moderna, uma divisão absoluta entre, de um lado, a dialética de Hegel e sua superação pela dialética materialista fundada por Marx e Engels e, de outro lado, as outras correntes, relegadas ao campo do irracionalismo". Mannheim é menos esquemático; ele "usou a dialética para mostrar como na crítica proletária do capitalismo era possível encontrar temas e formas de pensamento que haviam se originado na crítica aristocrática da burguesia. Enquanto Lukacs pretendia fazer uma delimitação rigorosa, Mannheim observou choques e interferências, assimilações e transformações".

Segue-se um exame exaustivo de Marx e Engels sobre a questão nacional em seu período, no qual Bernardo argumenta que "Marx e Engels transpuseram a luta de classes para a luta entre nações". A maior parte do foco de Bernardo está em algumas das afirmações infelizes dos fundadores sobre a maioria dos eslavos (com exceção dos poloneses) como "povos sem história" que fariam bem em aceitar a luz da civilização da Alemanha. Ele também ressalta a conhecida russofobia de Marx, que vai desde a crença de que uma revolução burguesa bem-sucedida na Alemanha em 1848 teria de travar uma guerra contra a Rússia até seu apoio ao Império Otomano para deter o expansionismo russo. (Essa russofobia foi consideravelmente reduzida com a descoberta de Marx, no final da década de 1870, da comuna camponesa russa, que em 1882 ele disse que poderia ser um ponto de partida para o comunismo). Certamente era verdade que muitas das declarações russofóbicas de Marx e Engels sobre política internacional mais tarde serviram de munição para os social-democratas alemães em sua capitulação ao chauvinismo nacional durante a Primeira Guerra Mundial. Bernardo plausivelmente vê a corrente dominante da Segunda Internacional também estendendo a

lógica das atitudes dos fundadores em relação aos "povos sem história" (como Marx e Engels chamavam a maioria dos eslavos) ao apoio social-democrata ao colonialismo europeu como uma força "humanitária".

A partir desse legado problemático sobre a questão nacional, na opinião de Bernardo, foi apenas um próximo passo lógico para o nacionalista italiano Enrico Corradini, em 1910, desenvolver o conceito da Itália como uma "nação proletária". Esse conceito poderia ter passado despercebido "se, ao mesmo tempo, e não apenas na Itália, não tivesse havido uma convergência de certa extrema esquerda com a extrema direita nacionalista e autoritária. Pelo menos inicialmente, a mais dramática dessas convergências foi entre Georges Sorel, os sindicalistas revolucionários que ele influenciou e a Action Française de Maurras. A transformação foi concluída com a evolução de Mussolini durante e após a Primeira Guerra Mundial, da ala de extrema esquerda do Partido Socialista Italiano até a primeira tomada de poder fascista em 1922.

Não há dúvida de que os escritos de Marx e Engels sobre os eslavos são uma leitura dolorosa hoje em dia. Mas Bernardo os apresenta como um argumento de que Marx e Engels "mudaram a luta de classes para a luta entre nações". Isso me parece excessivo. Por mais falhos que sejam os escritos dos fundadores sobre relações internacionais de 1848 a 1895, por mais lamentável que seja sua fé excessiva no papel civilizatório da Alemanha após o século XX, sua atenção a essas questões decorreu do que eles disseram no Manifesto: que os comunistas tentam, em todas as situações, unificar o proletariado internacional. Pode-se discutir hoje a hostilidade de Marx e Engels à independência da República Tcheca dos Habsburgos ou seu apoio ao Império Otomano como um suporte contra a Rússia czarista, mas o fato é que eles fizeram esses julgamentos no contexto da estratégia internacional da classe trabalhadora.

Além disso, Bernardo, como parte de sua autocrítica do movimento dos trabalhadores, está insinuando que existe um pequeno fio de continuidade entre o chauvinismo nacional alemão de Marx e Engels e a visão de Hitler dos eslavos como Untermenschen. Não há dúvida de que sua excessiva germanofilia se infiltrou no SPD alemão e ajudou a preparar o terreno para agosto de 1914. Mas Bernardo nem sequer menciona os debates acirrados sobre a questão nacional que ocorreram durante 20 anos antes da Primeira Guerra Mundial, com os pontos de vista de Rosa Luxemburgo, os austro-marxistas (sobretudo Adler e Bauer), Lênin e Kautsky (para citar alguns), todos discutindo a

natureza da relação entre nacionalismo e socialismo. Bernardo quase parece pensar que qualquer um que faça a pergunta estrategicamente está, de alguma forma, em um caminho escorregadio para o ultranacionalismo ligado a um programa socialista que ele vê como essencial para o fascismo. Isso é muito fácil. Concordo com Luxemburgo contra Kautsky e Lênin sobre a questão polonesa por volta de 1908, mas nunca me ocorreria ver Lênin como um protofascista por argumentar que os trabalhadores das nações opressoras tinham a responsabilidade de romper com sua burguesia para mostrar boa fé aos trabalhadores das nações oprimidas.

Raramente um livro sobre o fascismo dedicou tanta atenção ao destino da Revolução Russa. O elo está no conceito de "bolchevismo nacional". Aqui, Bernardo entra nas afirmações mais originais, controversas e problemáticas de seu livro. Seu ponto principal parece ser que as semelhanças marcantes entre a União Soviética e a Alemanha nazista no auge do stalinismo, no final da década de 1930, são fundamentais para a compreensão dessa última (conforme demonstrado em sua análise da hipótese do coletivismo burocrático).

Bernardo argumenta que, em poucos meses, o impulso internacionalista inicial da Revolução Russa e dos bolcheviques começou a se entrelaçar com os interesses de um Estado-nação. Nas semanas que antecederam a revolução e depois dela, houve uma grande confraternização entre as tropas russas e alemãs. Mas com a aceitação bolchevique do Tratado de Brest-Litovsk, isso mudou. Ao criticar a assinatura do tratado pelos bolcheviques, Bernardo não se limita a ecoar os apelos de figuras como Bukharin, que também se opôs a ele e defendeu uma guerra revolucionária contra a Europa; Bernardo argumenta que Brest-Litovsk "preparou o terreno para a forma como a guerra civil (russa) foi travada" e ajudou a retardar ou abortar a Revolução Alemã. Bernardo argumenta que a Rússia Soviética poderia ter apoiado a guerra de guerrilha contra os exércitos alemão e austríaco na Ucrânia durante os nove meses cruciais que antecederam a Revolução Alemã, uma hipótese apoiada pela bem-sucedida guerra de guerrilha travada pelas forças de Makhno na guerra civil logo em seguida. (Mais tarde, ele faz uma observação semelhante sobre o impacto da abordagem burocrática, impedindo o uso da guerra de guerrilha contra Franco, pela República Espanhola). A perda da Ucrânia durante esses meses e a repressão alemã contra o movimento revolucionário e, mais tarde, a hostilidade popular às requisições bolcheviques extremas para aliviar a fome na Rússia foram fatores que impediram que o Exército Vermelho se

unisse aos movimentos revolucionários do pós-guerra na Romênia e na Hungria em 1919. Embora essas sejam críticas altamente pertinentes, a caracterização de Bernardo do Tratado de Brest-Litovsk (que foi, afinal, uma aposta na derrota alemã que valeu a pena) como um precursor direto do Pacto Stalin-Hitler de 1939 me parece excessiva; um precedente melhor é o Tratado de Rapallo de 1922, após o declínio do potencial revolucionário mundial, principalmente na Alemanha. (Esse tratado formalizou as manobras clandestinas do exército alemão na Ucrânia, que vinham ocorrendo desde 1920).

Mas esse não foi o único caso em que considerações políticas de poder nacional superaram uma estratégia revolucionária internacionalista. Em junho de 1920, Trotsky (como Comissário do Povo para a Guerra) enviou uma nota secreta a Lênin e a outros líderes bolcheviques: "Todas as informações sobre a situação em Khiva, na Pérsia, em Bukhara e no Afeganistão confirmam o fato de que uma revolução soviética nesses países nos causará grandes dificuldades no momento... Até que a situação no Ocidente se estabilize e até que nossas indústrias e sistemas de transporte tenham melhorado, uma expansão soviética no leste poderia ser não menos perigosa do que uma guerra no Ocidente... Uma possível revolução soviética no leste é hoje vantajosa para nós principalmente como um elemento importante nas relações diplomáticas com a Inglaterra. Com base nisso, concluo que: 1) no leste, devemos nos dedicar ao trabalho político e educacional... e, ao mesmo tempo, aconselhar toda a cautela possível em ações calculadas para exigir nosso apoio militar, ou que possam exigí-lo; 2) temos que continuar por todos os canais possíveis à nossa disposição para chegar a um entendimento com a Inglaterra sobre o leste". Essa perspectiva se concretizou na primavera de 1920 na República de Gilan, no norte da Pérsia, que o governo soviético apoiou inicialmente como uma república soviética independente. No outono de 1920, no entanto, as relações soviéticas com o governo de Teerã haviam melhorado e os soviéticos estavam aconselhando o Partido Comunista Persa a limitar suas atividades e que a revolução socialista teria de aguardar a conclusão da revolução burguesa. No mesmo período, os bolcheviques assinaram um tratado comercial com a Turquia (março de 1921) depois que Kemal Pasha eliminou todo o comitê central do Partido Comunista Turco em 1920. Depois de Brest-Litovsk, na opinião de Bernardo, "os governantes soviéticos seguiram uma política nacionalista que buscava apoio internacional, e não uma política que subordinava os interesses nacionais a uma estratégia internacionalista".

Bernardo situa esses desenvolvimentos em uma longa e interessante discussão sobre a teoria da revolução permanente de Trotsky. Ele reconhece a singularidade da avaliação de Trotsky (e de Parvus), contra todos os bolcheviques e mencheviques de 1905 a 1917, de que a revolução burguesa na Rússia se transformaria em revolução proletária, uma visão confirmada primeiramente pelos eventos de 1905 e depois adotada por Lênin nas "Teses de Abril" em 1917, também contra a quase totalidade do partido bolchevique, que estudava a teoria dos "dois estágios". Para Bernardo, Trotsky estava argumentando que as "relações sociais" poderiam, em tal desenvolvimento, ter precedência sobre as "relações de produção". Depois de 1917, entretanto, Bernardo vê Trotsky recaindo em uma aplicação da revolução permanente às forças produtivas da própria União Soviética, não mais afirmando a centralidade da ação da classe trabalhadora. No entanto, em nenhum momento Bernardo parece reconhecer que a análise de Trotsky, antes ou depois de 1917, baseava-se na ideia de uma revolução bem-sucedida da classe trabalhadora na Europa Ocidental, principalmente na Alemanha. Bernardo pode estar certo ao mostrar como os bolcheviques cortaram o chão sob seus próprios pés por meio de suas políticas, e também ao dizer que essas políticas decorriam de sua desconfiança em relação à ação autônoma da base, mas Lênin e Trotsky disseram milhares de vezes que, sem uma revolução no Ocidente, os bolcheviques estavam perdidos.

No entanto, a história do bolchevismo nacional está longe de estar completa. Em 1921, Antonio Gramsci busca colaboração com Gabriele d'Annunzio, o poeta-aventureiro protofascista cuja tomada de Fiume em 1919 foi uma antecipação direta do golpe de Mussolini em 1922. Mas, de longe, o episódio mais importante do bolchevismo nacional ocorreu na Alemanha. (Bernardo nunca menciona que Lênin, pelo menos, chamou o nacional-bolchevismo de "eine himmelschreiende Absurdität", um absurdo monstruoso). O bolchevismo nacional surgiu como uma corrente nos soviets e conselhos de trabalhadores na região de Hamburgo-Bremen sob a influência de Laufenberg e Wolffheim, dois ex-militantes do IWW. O bolchevismo nacional significava essencialmente uma revolução nacionalista da classe trabalhadora. O termo foi usado pela primeira vez por Bela Kun, chefe do governo comunista de curta duração na Hungria em 1919, e apareceu em algumas declarações de Karl Radek, o revolucionário comunista que conduziu os negócios do Comintern de sua cela de prisão em Berlim no mesmo ano, reunindo-se com membros da elite empresarial e militar alemã, bem como com a esquerda radical alemã. (Ele também estabeleceu a base para o

tratado comercial da Rússia com Attaturk em 1921, mencionado anteriormente. Em 1923, o PC alemão empreendeu a breve "virada Schlageter" de vários meses, durante os quais trabalhou com os nazistas em uma campanha contra o Tratado de Versalhes, organizando comícios e compartilhando palanques nos quais Radek denunciava os "banqueiros judeus" de uma forma que às vezes era difícil de distinguir da retórica fascista. O Tratado de Rapallo foi um dos principais frutos dos esforços de Radek.

Bernardo detalha o impacto do bolchevismo nacional em diferentes figuras e correntes da extrema direita alemã de 1918 a 1933, incluindo Ernst Niekisch e Gregor Strasser, que surgiu como a figura mais proeminente da corrente "vermelho-marrom" no próprio Partido Nazista. Ele também fornece material sobre a já mencionada colaboração secreta entre o Reichswehr e o Exército Vermelho na Ucrânia, de 1920 em diante.

Talvez o exemplo mais marcante de "bolchevismo nacional" de Bernardo seja o notório episódio de 1922 da insurreição em massa da África do Sul (com alguns vínculos com o Komintern), resumido no grotesco slogan "Trabalhadores do mundo unidos por uma África do Sul branca!". Esse episódio pouco conhecido também é "flagrantemente contemporâneo". Ele também detalha as trajetórias da esquerda para a direita de figuras francesas das décadas de 1930 e 1940, como Marcel Deat, Jacques Doriot e Gaston Bergery.

Por fim, é preciso fazer uma menção especial ao tratamento que Bernardo dá à revolução e à guerra civil espanholas, diferente de quase tudo que já li sobre o assunto, em que as oscilações entre a extrema esquerda e a extrema direita são tão complexas quanto no surgimento do fascismo alemão. Os paralelos que ele cita entre as falhas na exploração total da guerra de guerrilha nas revoluções russa e espanhola já foram mencionados. Porém, ainda mais interessante é sua análise do papel do ideólogo da Falange, José Antonio Primo de Rivera, que (antes de sua execução em 1936) defendeu a aproximação com os anarco-sindicalistas da CNT-FAI e com a ala moderada do PSOE socialista, uma aproximação que não foi sem resultados, pois a Falange conseguiu recrutar um número significativo de anarquistas no território nacionalista. Após a derrota nas ruas de Barcelona em maio de 1937, elementos mais burocráticos da CNT assumiram o controle e, nas últimas semanas da guerra, fizeram uma bizarra oferta de paz a Franco. Depois da guerra, o regime de Franco conseguiu recrutar alguns desses

elementos burocráticos da CNT para trabalhar em seus sindicatos verticais, tanto nas prisões da Espanha quanto no exílio na França.

Depois de completar esse panorama da história social e da tipologia política do fascismo, Bernardo se volta para o campo da ideologia. "As únicas revoluções são as revoluções raciais", proclamou Hitler em 1930, e Bernardo descreve como a teoria racial influenciou profundamente a ideologia e a prática do nazismo. Isso, por si só, não é muito novo, mas Bernardo o contrapõe a todas as outras interpretações marxistas e procura vinculá-lo estreitamente às deficiências da esquerda também. Ele cobre o terreno bastante conhecido de Wagner, Gobineau, a exaltação da raça nórdica, a física ariana, o "novo paganismo" de Himmler, o racismo linguístico do romantismo alemão, o culto ao folclore, a geopolítica de Mackinder e Haushofer e a eugenia. Mais provocativa é sua discussão sobre os precursores na prática das democracias ocidentais, como o racismo nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, o papel britânico na fome de Bengala em 1943 ou os campos de internamento na África do Sul durante a Guerra dos Bôeres. "O método empregado por Himmler... reproduziu em escala intensiva a forma pela qual as democracias imperialistas administraram os povos das colônias." Isso leva a uma discussão sobre o sionismo, em que as ideias do "revisionista" (ou seja, fascista) Jabotinsky se infiltraram por todo o movimento e "o Partido Trabalhista implementou o programa dos revisionistas".

Um pouco mais original do que sua discussão sobre ideologia é a seção de Bernardo sobre a estética fascista: "Os líderes fascistas eram dândis de um novo tipo", e a ideologia fascista era menos uma política do que uma estética. "... a consistência (do fascismo) resulta, acima de tudo, na suprema incoerência entre ação e palavras." "A falsa prática heroica, que não tinha outra substância senão a ritualização da ideologia, servia para esconder ou esquecer a desoladora banalidade da prática real". Mussolini se imaginava um poeta, tendo as massas como matéria-prima; Hitler, o estudante de arquitetura fracassado, também era um artista. "Sou um artista, não um político", disse Hitler ao embaixador britânico na Alemanha uma semana antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Bernardo se estende até a história da estética burguesa, no século XVIII: "Não é surpreendente", escreve ele, "que, no exato momento em que a tecnologia começava a possibilitar o controle dos elementos naturais, as obras de arte expressassem a precariedade do ser humano, vítima da fúria dos elementos?" Bernardo encontra essas tendências na ideia de Burke sobre o sublime, assim como em artistas do

século XIX, como Turner. "Não é revelador que, enquanto Kant, um dos fundadores da filosofia burguesa, estava teorizando um espaço e um tempo a priori, a estética irracionalista da burguesia se mostrava incapaz de aceitar qualquer outro espaço e tempo além daqueles que projetava no revivalismo e no exotismo?" A essas tendências, Bernardo contrapõe uma figura como Goya, que retratou em seu trabalho realidades incômodas como a verdadeira carnificina da guerra e acidentes de trabalho. O jardim inglês se esforçou muito, usando tecnologia moderna, para ocultar todos os traços dessa tecnologia em suas realizações. Mas "não bastava fabricar a natureza; também era necessário fabricar o tempo fabricando ruínas". Do barroco em diante, as ruínas se tornaram "pitorescas". "Com grutas e ruínas, o capitalismo escondeu a produção da fábrica". O fascínio pelas ruínas culminou em um fascínio pela morte, tanto entre muitos artistas e intelectuais fascistas quanto em movimentos como a Guarda de Ferro da Romênia.

Bernardo conclui com uma discussão sobre as maneiras pelas quais a ideologia fascista, por meio da dissimulação, sobreviveu à derrota maciça da Segunda Guerra Mundial, especialmente porque a vitória das democracias liberais permitiu que eles reescrevessem a história do capitalismo e minimizassem seu próprio impulso totalitário. Ele apresenta algum material interessante sobre a França (como os fascistas em torno de DeGaulle a partir de 1940), mas, de longe, seu tratamento mais interessante é o do Terceiro Mundo, onde o conceito de Corradini de "nação proletária" está vivo e bem. Por meio de uma análise do Japão como "um imperialismo anticolonial" no período de 1931 a 1945, Bernardo consegue mostrar como a ocupação japonesa de grande parte da Ásia, incluindo muitas colônias britânicas, francesas e holandesas, deu um impulso decisivo aos movimentos de "libertação nacional", como o de S.C. Bose na Índia (ele mesmo um renegado da esquerda do Partido do Congresso) e a estados como a Indonésia de Sukarno. Da mesma forma, a Alemanha nazista teve um grande impacto sobre o nacionalismo árabe, como inimigo do imperialismo britânico, desde o Mufti de Jerusalém al-Husseini até Nasser e Sadat no Egito. Bernardo argumenta que Marcus Garvey, que fundou a Universal Negro Improvement Association em 1914, pode ser visto como um precursor do fenômeno fascista como um todo. Em resumo, o "terceiro-mundismo" é "um dos resultados mais duradouros do fascismo".

Em um capítulo fundamental, Bernardo vê continuidades importantes entre o misticismo fascista da natureza e o ecologismo contemporâneo, em que as ideias antigas

são propagadas não tanto pela direita lunática, mas por sua banalização na sociedade e em todo o espectro político. Isso, mais uma vez, me parece um tanto peremptório e dificilmente resolvido no espaço que Bernardo lhe atribui.

Para concluir: O cerne deste livro é a afirmação de um fio condutor na tradição do movimento dos trabalhadores, desde a hostilidade de Marx e Engels aos escravos até uma mudança ostensiva (e, na minha opinião, demonstrada de forma inadequada) da luta de classes para a luta entre nações; daí para a tese da "nação proletária" formulada pela primeira vez na Itália antes da Primeira Guerra Mundial; daí para a perda quase imediata da dimensão internacionalista pela Revolução Russa para o fenômeno nacional bolchevique (que, na verdade, recebeu muito pouca atenção); daí para as semelhanças notáveis entre o capitalismo de estado soviético e o nazismo alemão (e possivelmente o coletivismo burocrático) no final da década de 1930; daí para a Nova Ordem genocida de Hitler no Oriente após 1939. Bernardo certamente tem razão, e é incomum, ao destacar essas sobreposições entre o movimento operário e o fascismo. Mas, mais uma vez, as conexões são, em pontos decisivos da apresentação, mal feitas, e duvido que seu grande núcleo de verdade seja comunicado a muitos leitores, seja em português ou em uma eventual tradução. Com o impacto da extrema-direita contemporânea na Europa nos últimos anos sobre um número significativo de trabalhadores na França, Bélgica, Suíça e Áustria, a qualidade de diamante em bruto deste livro é ainda mais lamentável.